

## INDÍCIOS DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA PARA FINS ESPECÍFICOS NO SÉCULO XVIII: O CASO DAS AULAS DE COMÉRCIO

Thadeu Vinícius Souza TELES  
Universidade Federal de Sergipe  
Vera Maria dos SANTOS  
Universidade Federal de Sergipe

**RESUMO:** O presente trabalho apresenta uma discussão baseada nos resultados parciais da pesquisa intitulada “O Papel do Ensino de Língua Inglesa na Formação do Perfeito Negociante (1759-1846)”, em andamento através do programa de pós-graduação do NPGL-UFS. Pretende-se aqui observar, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, de que maneira as manobras pombalinas para reerguer e modernizar o Estado português após o Terremoto de Lisboa (1755) incentivaram grandes reformas no setor pedagógico. Entre as primeiras iniciativas do Marquês de Pombal e seus pares, encontrava-se a necessidade de capacitar os homens responsáveis por manter a principal atividade econômica portuguesa: o comércio. Através do Alvará de 19 de maio de 1759, a Aula de Comércio e seus estatutos foram confirmados e previam o ensino de aritmética, câmbio, pesos, medidas, seguros e métodos de escrever livros ou partidas dobradas, contudo sugeriam ainda que os aulistas tivessem rudimentos da língua inglesa para que pudessem negociar, produzir procurações, cartas de mercancia, entre outros documentos na língua do principal parceiro econômico português. Nesse sentido, apesar do termo “Inglês para fins específicos” ter se apresentado sistematizado no Brasil por volta de 1970, esse artigo dispõe-se a analisar a legislação da época sobre a matéria, com o apoio de autores como Oliveira (2006), Falcon (1993), Carvalho (1978) e Howatt (1984), a fim de compor um quadro expositivo da intenção do ensino da língua inglesa para um fim utilitário em Portugal e em seguida na maior colônia portuguesa, o Brasil, após a abertura de seus portos.

**PALAVRAS-CHAVE:** inglês; aula de comércio; Pombal

**ABSTRACT:** *This paper presents a discussion based on partial results of a survey entitled “The Role of English Language Teaching in the Perfect Dealer Training (1759-1846)”, in progress through the NPGL program of post-graduation in UFS. The intention here is to observe, from bibliographical and documentary research, how Pombal’s maneuvers to rebuild and modernize the Portuguese state after the Lisbon Earthquake (1755) motivated major reforms in the educational sector. Among the first initiatives by the Marquis of Pombal and his peers, there was the need to train the men responsible for keeping the main economic activity of Portuguese trade. By Decree of May 19, 1759, the School of Commerce and its statutes were created and confirmed the teaching of arithmetic, currency, weights, measures, and safe methods of writing books or double entry, but also suggested that the students had notions of English language so they could negotiate, produce credentials, deal with letters, among other business documents in the language of the main economic Portuguese partner. Thus, despite the term “English for specific purposes” had been systematized and presented in Brazil around 1970, this article sets out to analyze the legislation of the time on the matter, with the support of authors such as Oliveira (2006), Falcon (1993), Carvalho (1978) and Howatt (1984) in order to compose a*

*summary of the intention of English teaching for an utilitarian purpose in Portugal and then in the largest Portuguese colony, Brazil, after the opening of its ports.*

**KEYWORDS:** *English language; school of commerce; Pombal*

## **Introdução**

Durante a pesquisa para a conclusão da dissertação de mestrado do Núcleo de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe intitulada “O Papel do Ensino de Língua Inglesa na Formação do Perfeito Negociante (1759-1846)” surgiu a necessidade de recuar um pouco mais no tempo para que fosse possível compreender melhor como o ensino de língua inglesa para estrangeiros foi dedicado ao apoio de transações comerciais entre portugueses e ingleses.

Considerando essa premissa, este artigo se propõe a observar através de uma perspectiva histórica como o ensino de língua inglesa participou das necessidades de construção de um novo Estado moderno português através da capacitação dos homens responsáveis pelas negociações e registros comerciais conforme o projeto pombalino de reformas pedagógicas. Além disso, procurou-se encontrar alguns outros indícios do início do ensino de inglês para fins específicos, nesse caso, para fins comerciais.

Diante da escassez de estudos linguísticos no âmbito do ensino comercial no século XVIII, esse estudo se justifica pelo papel pioneiro das Aulas de Comércio<sup>1</sup> e o caráter utilitarista assumido pelo ensino de inglês nesse projeto de desenvolvimento econômico português. Nessa perspectiva e com o propósito de provocar um debate acerca da importância das Aulas de Comércio para a expansão do ensino de inglês, foram analisadas peças legislativas, decretos, alvarás e outras referências que apresentaram relevância na representação dos aspectos do objeto de estudo.

Uma proposta de trabalho que se dispõe a analisar, ainda que sucintamente, o período recortado, enfrenta grandes obstáculos, com destaque imediato para a localização de fontes. Tal fato caracteriza este estudo como um desafio, que para ser enfrentado, o pesquisador termina por desprender boa parte de seu tempo na busca fontes que por vezes são parcas e fragmentárias. Diante de fontes dessa natureza, faz-se necessário a adoção de uma metodologia que seja condizente com o caráter indiciário das pistas encontradas.

Diferentemente de trabalhos que sucedem acerca da atualidade, os quais podem adotar uma pesquisa acerca de práticas concretas do ensino de línguas através da realização de estudos com questionários e acompanhamento de todas as atividades de um determinado grupo de alunos em um espaço previamente estabelecido, este estudo foi levado a relacionar-se com fontes documentais e algumas bibliografias. Nesse sentido, a

---

<sup>1</sup> A exemplo da bibliografia pesquisada, as Aulas de Comércio terão essa grafia convencional neste trabalho por serem consideradas uma espécie de estabelecimento técnico profissionalizante, em vez de aulas apenas.

proposta teórico-metodológica que mais se aproximou das necessidades desta pesquisa foi o método indiciário de Ginzburg (1939, p. 149-150) o qual tem seu paradigma centrado no uso de dados considerados reveladores ainda que residuais ou marginais.

De acordo com Ginzburg (1939, p. 152), uma pesquisa histórica como esta depende de dados “aparentemente negligenciáveis” para remontar a uma realidade complexa e não experimentável diretamente. São esses dados que vão direcionar a narração de uma história ainda pouco explorada pelos estudiosos do campo das Letras: o ensino de língua inglesa para fins comerciais no século XVIII, com especial atenção às Aulas de Comércio em Portugal e, por conseguinte, na sua principal colônia, o Brasil.

Antes de adentrar na discussão referente às Aulas de Comércio, parece significativo observar que o ensino de língua inglesa esteve associado a atividades comerciais desde seus primórdios. Ainda que tanto se pense o ensino de língua inglesa para fins específicos como um conceito moderno e sistematizado após a Segunda Guerra Mundial, quando tal campo de pesquisa ganhou destaque com a difusão do inglês como língua internacional da tecnologia e do comércio, muitos acreditam que o desenvolvimento do ensino de língua inglesa para fins específicos originou-se bem antes.

É difícil mencionar com exatidão datas quando se observa um período tão distante, mas acredita-se que o ensino de língua inglesa voltado para relações comerciais tenha se dado ainda na época dos impérios grego e romano. Algumas datas ficaram registradas através de materiais de ensino ou compêndios, alguns exemplos deles foram mencionados por Howatt (1987, p. 6). Segundo ele, um manual de 1415 cuja autoria é atribuída a William of Kingsmill, foi escrito para o ensino de língua inglesa aos mercadores de lã e produtos agrícolas. A importância dada ao ensino para atender as necessidades do comércio nesse manual ficou evidenciada através da longa lista em inglês de itens para venda, bem como pelos diálogos que apresentavam termos técnicos referentes ao comércio daqueles produtos.

*Lady, where is your master?*

*By God, sir, he has gone to the fair at Woodstock, which is ten miles from here.*

*Lady, what goods does he wish to buy or sell there?*

*Sir, he has to sell there, bulls, cows, oxen, calves, bullocks, old and young pigs, boars, sows, horses, mares, foals, sheep, rams, and ewes, tups, lambs, kids, she-kids, asses, mules, and other beasts. He also has to sell there 20 sacks, 3 tods, 4 stones, and 5 cloves of wool, 200 woolfells, 14 long cloths and 10 dozen Oxford mixtures, 20 Abingdon kerseys, 10 Witney blankets, 6 Castlecombe reds, 4 violet plunkets in ray grain, Salisbury motleys, and other various colors of several kinds of cloth to be delivered as well to lords, abbots, and priors, as to other folk of the countryside (KINGSMILL apud HOWATT, 1984, p.6)*

Sobre o período em que a língua francesa ainda era considerada *língua franca*, o mesmo autor menciona um manual bilíngue (francês e inglês) que se acredita ter sido escrito em 1483 pelo membro da comunidade de mercadores ingleses, William Caxton<sup>2</sup>. A experiência bem sucedida de Caxton com o comércio dos produtos têxteis ingleses na cidade de Flanders, nos Países Baixos, o motivou a estender o mercado inglês e promover sua língua através de seu manual. Esse manual contava com listas de compras e modelos de diálogos contendo vocabulário de equipamentos técnicos, alimentos e têxteis. O objetivo dessa obra ficou assim explicitado: “*Who this booke shall wyll lerne well enterprise or take on honde marchandises fro one land to anothir*” (CAXTON *apud* HOWATT, p. 6-7).

Esses sinais de interesse pelo ensino de língua inglesa foram raros, mas começaram a se intensificar ao fim do século XVI, quando um grande número de refugiados de French Huguenot, que adotaram o comércio como atividade, reconheceram o quão difícil era entender o francês falado por seus parceiros ingleses. Além disso, acredita-se que eles perceberam que dominar a língua inglesa resultaria em salvaguardar o bom andamento de suas transações comerciais. A princípio pode parecer anacrônico apontar indícios de ensino de língua inglesa para fins específicos na era conhecida como eclética ou pré-linguística, já que tal prática ainda não era embasada em teorias de linguagem nem de ensino de línguas, contudo observar-se-á a seguir o que esse estudo considera ser um prenúncio do ensino de língua inglesa no Brasil.

## **O Caso das Aulas de Comércio**

Uma das lacunas encontradas na história do ensino de língua inglesa encontra-se vinculada ao ensino desta para fins comerciais, principalmente durante o período das reformas pombalinas da educação. Não é possível abordar os fundamentos do ensino de língua estrangeira para os comerciantes completamente desligados do contexto histórico geral, político, social e econômico em que o objeto de pesquisa deste trabalho se insere. Para tanto, será apresentado a seguir uma síntese do contexto histórico português que serviu como cenário para a consolidação dessa modalidade de ensino para fins específicos no reino português.

São marcos temporais relevantes como ponto de partida para essa pesquisa, a coroação de D. José como rei de Portugal e a consequente nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo para secretário de Estado. Desde cedo Carvalho e Melo manteve-se envolvido em assuntos da corte portuguesa. Ele foi enviado como embaixador português a Londres entre 1738 e 1744, e em seguida a Viena entre 1745 e 1749. Diante da enfermidade fatal de D. João V, a rainha regente Maria Ana da Áustria chamou Carvalho e

---

<sup>2</sup> Há dúvidas acerca da autoria e da data de publicação do referido manual, Howatt (1984, p. 6;11) informa que o título da mencionada obra foi perdido, contudo o editor que preparou outra edição para a Sociedade dos Primeiros Textos Ingleses em 1900, Henry Bradley, afirma que o manual de Caxton foi certamente baseado ou traduzido de outro manual de Flemish-French anteriormente escrito em Brunges no século XIV. A publicação do manual de Caxton também é incerta, enquanto alguns autores sustentam sua primeira publicação em 1483 outros a posicionam por volta de 1480.

Melo para integrar o Ministério em Lisboa. Durante o reinado de D. José I (1750-1777) – monarca que preferiu a caça e a ópera ao governo, Carvalho e Melo foi nomeado Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750), e depois Secretário dos Negócios do Reino (1755) (MAXWELL, 1996, p.2).

Muito conhecido historicamente como o Marquês de Pombal – título conquistado por mérito, Carvalho e Melo havia acumulado muita experiência e leituras ilustradas durante o período em que atuou como embaixador. Enquanto secretário do Gabinete, Pombal concentrou em si os poderes de outros secretários com seu desempenho resolutivo e ocupou papel de destaque na reestruturação de Portugal após o terremoto de Lisboa. Em decorrência da catástrofe causada pela sucessão de terremotos, tsunamis e incêndios que assolaram Lisboa em 1º de novembro de 1755, Pombal deparou-se com uma realidade de diversos problemas portugueses que urgia resolver.

Além das reformas urbanas que eram evidentemente necessárias, Pombal foi delegado a resolver problemas de outras ordens como a quase inoperância da máquina administrativa portuguesa, especulações acerca de fraudes nas organizações dependentes do Estado, estagnação da indústria portuguesa e decadência do comércio, que estava em boa parte no poder de estrangeiros. Para tanto, Pombal buscou implementar diversas reformas no aparelho do Estado através de legislações idealizadas de acordo com os modelos ilustrados experimentados pelo Marquês, no caso deste estudo o foco volta-se para as drásticas reformas no campo pedagógico.

O ministro Pombal entendeu que para reerguer Portugal se fazia necessário comprometer-se com as principais fontes de renda portuguesa, dentre elas o comércio. Portugal foi construído às margens do Atlântico e desfrutava de posição privilegiada geograficamente com vários portos navegáveis, assim se beneficiava disso na participação dos grandes circuitos do comércio internacional.

Produto consecutivo às navegações e à colonização, juntamente com outros fatores, o mercantilismo foi a base em que a economia portuguesa apoiou-se para defender seus territórios e produzir boa parte de seu capital. Valendo-se do conhecimento adquirido a partir das leituras estrangeiradas, Pombal aproveitou-se das teorias e práticas mercantilistas para direcionar suas ações e assim arrecadar o capital necessário reerguer Lisboa e fortalecer a economia portuguesa. Dessa forma, Pombal criou no seu ideário a figura do ‘perfeito negociante’, o qual seria o responsável por assistir as atividades comerciais a contento dos moldes reclamados pela burguesia comercial, vez que era latente a necessidade de funcionários devidamente preparados para atender aos serviços remodelados ou criados inesperadamente com as reformas pombalinas. Segundo parecer do historiador Laerte Ramos de Carvalho:

É significativo que Pombal, antes de pensar na formação dos teólogos, canonistas, advogados e médicos – problema que não foi estranho aos propósitos do gabinete de D. José I – cuidasse, preliminarmente, de amparar o trabalho econômico por intermédio da criação de uma escola

destinada a formar a “elite” indispensável ao progresso financeiro das empresas e dos grupos que a política monopolista do novo governo planejara (CARVALHO, 1978, p. 43).

As Aulas de Comércio foram criadas como sintoma e agente de reforço do Estado moderno português através do Alvará de 19 de Maio de 1759, o qual também confirmava seus estatutos. Em seus dezenove curtos parágrafos, os *Estatutos da Aula do Commercio Ordenados por El Rey Nosso Senhor*<sup>3</sup> tratam, em geral, da desordem administrativa dos negócios e do despreparo de boa parte dos comerciantes portugueses, que causavam problemas não só para o mercado interno, mas também para o trato com os negociantes de outros países.

De acordo com seus estatutos, as Aulas de Comércio consistiram basicamente em aulas sobre aritmética, câmbio, pesos, medidas, seguros e métodos de escrever livros ou partidas dobradas. Além das aulas sobre gestão e as rotinas mercantis, o ensino de línguas estrangeiras modernas deu seus primeiros passos com a finalidade de viabilizar transações comerciais, tradução de textos, redação de cartas de mercância, apólice de seguros, entre outros textos comerciais.

Conforme já reconheciam pensadores ilustrados como John Locke (1632-1704) e Luiz Antonio Verney (1713-1792) em suas obras *Some Thoughts Concerning Education* (1779) e *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), respectivamente, o ensino de línguas modernas era “indispensável para o negócio, para o comércio e para os assuntos da vida”<sup>4</sup> (LOCKE, 1779, p. 233-234). Assim, interessava a Pombal aparelhar os homens de negócio com noções das línguas estrangeiras que fossem úteis na realização de transações comerciais, em especial a língua inglesa, devido à longa aliança comercial entre Inglaterra e Portugal.

Apesar de aconselhada e reconhecidamente necessária, a criação da Aula de Comércio, em 19 de maio de 1759, não previa até então o ensino de línguas estrangeiras modernas. Observa-se, porém, a abertura de uma Aula Francesa em 18 de Maio de 1761 pelo Marquês de Pombal. Segundo Francisco Santana (*apud* RODRIGUES *et al.*, 2003, p. 11), essa aula pretendia fazer o aperfeiçoamento do Francês dos alunos, devendo tais estudos acontecerem nas tardes que ficavam livres e após a aprendizagem dos elementos básicos. A língua deveria ser praticada nas matérias pertencentes às Aulas de Comércio. Entretanto, essa aula foi extinta em 1765.

De certa forma surpreende observar que, diante do volume de negociações comerciais mantidas com a Grã-Bretanha, a língua francesa tenha sido escolhida para ser ensinada como língua estrangeira nas aulas oficiais oferecidas no início da Aula de Comércio. Acredita-se que a razão para tanto tenha sido baseada na convenção tradicional

---

<sup>3</sup> Na verdade, os Estatutos da Aula do Comércio foram criados em 19 de abril de 1759, mas publicados através do Alvará de 19 de maio do mesmo ano.

<sup>4</sup> “*requisite to trade and commerce, and the business of the world*” (texto original).

da leitura de clássicos de autores célebres em Francês (OLIVEIRA, 2006, p. 43), ou simplesmente tenha sido um reflexo da resistência ao estrangeiramento<sup>5</sup> por parte de uma sociedade portuguesa deveras receosa depois de tratados nem sempre proveitosos para Portugal:

É curioso que se tenha aberto uma Aula Pública da Língua Francesa para os Aulistas da Aula de Comércio, e não da Língua Inglesa, idioma falado pelo país com o qual Portugal mantinha mais relações comerciais, principalmente quando se leva em conta que a principal justificativa da publicação da primeira Gramática Inglesa escrita em português de que se tem notícia, conforme as palavras do autor no prefácio, era o seu “great Use in Commerce”, isto é, sua grande utilidade no Comércio. Trata-se da *Grammatica anglo-lusitanica & lusitano-anglica* ou “Gramática Nova, Inglesa e Portuguesa, e Portuguesa e Inglesa; dividida em duas partes”, a primeira para a “instrução dos Ingleses que desejarem alcançar o conhecimento da Língua Portuguesa” e a segunda “para o uso dos Portuguezes que tiverem a mesma inclinação a Língua Inglesa” (OLIVEIRA, 2008, p. 10).

Não obstante a língua francesa ter sido preferida neste primeiro momento, uma vez que ainda estava em evidência no cenário global europeu enquanto língua da diplomacia, da literatura e da moeda, as primeiras Aulas de Comércio notabilizaram-se por destacar cada vez mais em sua fundamentação a importância do ensino das línguas estrangeiras para a instrução comercial. Após a participação de línguas como a francesa e a italiana no contexto comercial luso, em virtude também da relevante literatura sobre o tema encontrado em Italiano, o ensino da língua inglesa ganhou espaço e teve sua importância confirmada, vez que se multiplicavam os tratados comerciais firmados entre Portugal e Inglaterra.

A representação mais significativa do ensino de língua inglesa nas Aulas de Comércio deu-se na Cidade do Porto. Os *Estatutos da Academia da Real Marinha e Comércio da Cidade do Porto* foram apresentados juntamente com o Alvará de 29 de julho de 1803, que confirmou a criação das Aulas de Comércio na Cidade do Porto. Além de estabelecerem detalhadamente diversas normas acerca do funcionamento logístico das Aulas, esses estatutos documentaram oficialmente com maior atenção o ensino de línguas modernas, inclusive reconhecendo sua necessidade como instrumento de acesso para a compreensão de “muitas e importantes obras” sobre temas relevantes como matemática, comércio, agricultura e fábricas, as quais se encontravam em Inglês e Francês.

---

<sup>5</sup> O fenômeno do “estrangeiramento” dá ensejo a estudos mais aprofundados. Convém a esse trabalho, por enquanto, sintetizar o estrangeirado como aquele que representa o outro, ou seja, um novo tipo de intelectual. Pode-se inferir que os chamados modernos, estrangeirados, ou ainda ilustrados sofreram alguma rejeição por parte dos portugueses como “uma manifestação de um longo processo de alheamento e desconfiança ao mundo exterior às fronteiras metropolitanas” (FALCON, 1993, p. 319).

Os Estatutos próprios dessa Academia referentes às *Aulas das linguas Franceza, e Ingleza* apresentam cinco parágrafos que se iniciam no XXXIX§ e vão até o XLIII§, e dão pistas valiosas acerca do funcionamento, conteúdo e proceder das referidas aulas. No primeiro parágrafo encontra-se indicado de que forma os Lentes<sup>6</sup> deveriam ministrar essas aulas. Como se vê a seguir, o método utilizado seria baseado na repetição de expressões, ditado, gramática e tradução:

XXXIX. Os Professores destas Aulas dictarão as suas lições pela Grammatica, que se achar mais bem conceituada, habilitando seus Discípulos na pronunciação das expressões, e das vozes<sup>7</sup> das suas respectivas línguas, adestrando-os nesta prática, e na da leitura, fazendo-lhes reconhecer no Author que seguirem, e nas traducções que fizerem os lugares, ou passagens, que mais vivamente deponhão do génio, e do character de cada huma delias; assim como do estilo, e gosto mais seguido, e depurado dos Authores dignos de se estudarem, cujos assumptos deverão ser aquelles , que mais possam contribuir para o perfeito conhecimento, e erudição adequada ás matérias que estudão (PORTUGAL, 1830, p. 239).

Há aqui a sugestão para que os Lentes usassem a gramática “que se achar mais conceituada”. Verifica-se o interesse em que os discípulos conhecessem o “genio”, o “character”, o “estilo” e “gosto” das línguas estrangeiras através da tradução de seus “Autores dignos de se estudarem”, contribuindo dessa maneira na erudição dos estudantes.

Além disso, o parágrafo XL indica que os discípulos deveriam praticar a tradução de textos relacionados ao saber mercantil e à pilotagem ou navegação. Entre as obras indicadas, deveriam estar as “Obras mais eruditas, e completas de Geografia, especialmente na parte que tiver de Hydrografica, e Mathematica” de autoria dos “mais distintos Authores”, bem como livros de história do ensino contábil e biografias dos autores que os escreveram. Aqui fica claramente denotada a utilidade da tradução das línguas estudadas:

XL. Convirá que os Discípulos, que se destinarem ao Commercio, traduzão Authores que tem escrito neste genero; os que se dirigirem á Pilotagem, as Obras mais eruditas, e completas de Geografia, especialmente na parte que tiver de Hydrografica, e Mathematica ; e os que houverem de seguir, e cultivar as Sciencias Mathematicas por ellas mesmas deverão ler, e traduzir a historia desta Sciencia , e as vidas dos

---

<sup>6</sup> Lente é o mestre que procede aos ensinamentos comerciais, através da leitura. Segundo o terceiro parágrafo dos Estatutos das Aulas de Comércio de Lisboa: “O lugar de Lente da Aula é de tão importante consideração pela utilidade, que dele deve resultar ao Bem comum destes Reinos, que, por si mesmo se faz recomendável para eleição de pessoa que bem o possa servir: e porque os nomeados para o referido emprego se devem supor de tal modo desembaraçados de outras dependências, que não tenham prejuízo em serem perpetuados nesse mesmo exercício, se lhes continuarão os Provimientos da Junta [...]” (PORTUGAL, 1830, p. 657).

<sup>7</sup> De acordo com Oliveira (2006, p. 62), as “vozes”, na terminologia gramatical da época, eram representadas pelos artigos, nomes, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.



mais distintos Authores, que da mesma tem eruditamente escrito (PORTUGAL, 1830, p. 239).

Dessa maneira, apesar de pouco explorado por pesquisadores do campo das Letras, podem-se abstrair informações relevantes desse relevante trecho da legislação portuguesa sobre o método de ensino adotado, fundamentado principalmente na gramática e na tradução, com certa ênfase na pronúncia e na indicação de captar elementos de erudição das línguas estrangeiras. Observa-se, todavia, que a lei não perdia de vista a principal razão para a qual essas línguas eram estudadas no contexto da profunda relação entre o ensino de línguas e a instrução comercial, devendo o estudo das línguas estrangeiras estar relacionado ao conteúdo pertinente a temas do universo comercial, ou seja, mercância, geografia, matemática e navegação ou pilotagem.

## **Palavras Finais**

Os esforços empreendidos para o ensino-aprendizagem da língua inglesa durante as Aulas de Comércio, quer seja como condição para sua matrícula ou já enquanto parte do quadro de matérias – como foi o caso das Aulas de Comércio no Porto –, comprovam que, mesmo que de forma subreptícia, a ampliação do estudo de Inglês em Portugal e no Brasil esteve arrolada às necessidades criadas a partir do estreitamento da relação econômico-comercial entre Portugal e Inglaterra.

Apesar da incompletude das informações prestadas pelos registros acerca das práticas de ensino, foi possível verificar, tal qual notou Howatt (1984, p. xiii), em seu prefácio, que o processo de propagação mundial do ensino de Inglês confunde-se com a expansão do comércio e do império britânico. Desse modo, não é de toda novidade que a língua inglesa tenha sido estudada para propósitos específicos, como acredita boa parte dos estudiosos que localizam o nascimento do “inglês para fins específicos” no final do século XX. Para Torre (1985, p. 64), isto “não é mais do que o ressuscitar de uma prática cuja necessidade era reconhecida pelos gramáticos do século XVIII e que foi abandonada durante o século XIX”, tendo os aspectos funcionais da língua aberto caminho para a sistematização da língua inglesa como disciplina escolar em Portugal e, conseqüentemente, na América Portuguesa.

## **Referências**

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas na instrução pública**. São Paulo: Edusp, 1978.

FALCON, Francisco. J. C. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1993.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** São Paulo: Cia das Letras, 1986.

HOWATT, A. P. R. **A history of English language teaching.** Oxford: Oxford University Press, 1984.

LOCKE, John. **Some thoughts concerning education.** London: J. and R. Tonson, 1779. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books/about/Some\\_thoughts\\_concerning\\_education.html?id=7J0IAAAAQAAJ&redir\\_esc=y](http://books.google.com.br/books/about/Some_thoughts_concerning_education.html?id=7J0IAAAAQAAJ&redir_esc=y)>. Acesso em: 28 fev. 2012.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. As aulas de comércio e o ensino de inglês no Brasil (1809-1846). In: CRUZ, Maria Helena Santana (Org). **Múltiplos enfoques e espaços plurais da pesquisa no campo da educação.** São Cristóvão: EDUFS, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951).** Campinas: 1999. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_. **A instituição das línguas vivas no Brasil: o caso da língua inglesa (1809-1890).** Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Histórica, Política, e Sociedade. São Paulo: 2006. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2255](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2255)>. Acesso em: 26 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. (Org). **A Legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827).** Maceió: EDUFAL, 2010.

\_\_\_\_\_. **Gramatização e escolarização: contribuições para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827).** São Cristóvão: EDUFS, 2010.

PORTUGAL. **Collecção da legislação portugueza desde a última compilação das ordenações oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1802 a 1810.** Lisboa: na Typ. Maignrense, 1830.

RODRIGUES, Lúcia Maria Portela Lima; GOMES, Delfina Rosa da Rocha; CRAIG, Russell. **Aula do Comércio: primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo?**, 2003. Artigo apresentado no XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, realizado em Aveiro, 15-16 de Novembro de 2002. Disponível em: <<http://www.egi.ua.pt/xxiiaphes/Artigos/a%20Gomes%20&%20Lima>>.

TORRE. **Gramáticas inglesas antigas: alguns dados para a história dos estudos ingleses em Portugal até 1820.** Trabalho complementar à dissertação de doutoramento apresentado à Faculdade de Letras do Porto. Porto, 1985. Disponível em: <<http://repositorio->

aberto.up.pt/bitstream/10216/13511/2/gomesdatorregramaticasinglesas000071391.pdf>.  
Acesso em: 10 mar. 2012.

VERNEY, L. A. **Verdadeiro método de estudar**, vols. 1 & 2. Lisboa: Na oficina de Antonio Balle, 1746. Disponível em: <<http://purl.pt/118>>. Acesso em: 27 mar. 2012.